

## POLÍTICA

# Fundo contra pobreza ganha força a partir de críticas

Incidente com representante do FMI e resistência da oposição a texto aprovado em comissão do Senado dão impulso à proposta

Adriana Vilella, Jacques Schop e Luciano Somenzari\*  
de São Paulo

As discussões em torno da proposta de emenda constitucional (PEC) para a criação de um fundo de combate à pobreza acabaram tomando vulto inesperado na última semana. O representante do Fundo Monetário Internacional (FMI) no País, Lorenzo Perez, criticou a proposta e afirmou que o Brasil gasta mal os recursos para a área social. Logo teve de rever sua posição.

Para sair da situação delicada em que se colocou, o representante do FMI foi obrigado a publicar uma nota de retratação na qual admitiu não conhecer os detalhes da proposta. A forma como a mensagem assinada por Perez foi divulgada mostrou que o incidente levou aborrecimentos à sede do fundo, em Washington. Ainda que mínima, a nota só recebeu autorização para ser divulgada à opinião pública no Brasil após ser lida por integrantes

do "board" do fundo.

As declarações de Lorenzo Perez, pelo menos, serviram para unir parlamentares da base do governo e os opositores. Ainda na sexta-feira, o PT divulgou nota pedindo que Perez se retire do País. "Já que nosso governo, particularmente o senhor presidente da República, não o expulsa, em nome de nosso povo exigimos que o referido funcionário se retire de nosso território", afirmou o deputado federal José Dirceu (PT-SP).

**O relator do projeto, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), afirmou estar aberto ao diálogo e admitiu negociar mudanças no texto**

"Foi ousadia e uma interferência descabida em assuntos internos brasileiros", afirmou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), um dos maiores incentivadores do fundo de combate à pobreza. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez coro. "O FMI que vá cuidar da vida dele, não tem de se intrometer na nossa política interna."

Com o mal-estar instalado, os críticos da proposta encontraram espaço

para atacar o texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, principalmente no que se refere aos R\$ 4 bilhões por ano previstos para sua implementação, recurso considerado insuficiente. Diante da polêmica, o relator do projeto, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), afirmou estar aberto ao diálogo e admitiu negociar mudanças no texto. Ele lembrou ainda que os R\$ 4 bilhões são apenas a base para a constituição do fundo, que pode crescer com os rendimentos obtidos nas privatizações. "Não se pode dizer que o fundo por si só vai acabar com a pobreza no País, isso é uma falácia."

Este é, talvez, o único ponto em que Alcântara tem o apoio da senadora Heloísa Helena (PT-AL). "Sabemos que não é possível acabar com a pobreza com um fundo, mas este projeto é muito ruim. Virou uma propaganda enganosa do Congresso", disse. A parlamentar afirmou que o valor disponibilizado resultará em R\$ 4/mês para cada um dos 78 milhões de pobres do País (dado do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas -IPEA), além de deixar todo o controle do dinheiro

nas mãos do governo federal — o projeto original previa a criação de conselho gestor ligado à comunidade.

A PEC que cria o fundo será discutida em plenário e está aberta à apresentação de emendas. Pedro Simon havia apresentado uma na CCJ e foi derrotado por um voto, mas pretende reapresentá-la no plenário.

A emenda do parlamentar gaúcho prevê recursos da ordem de R\$ 10 bilhões. O dinheiro sairia da Desvinculação de Receitas da União (DRU), emenda constitucional aprovada mês passado na Câmara que desvincula 20% dos recursos orçamentários (cerca de R\$ 40 bilhões) para o governo aplicar onde quiser.

De acordo com o senador petista Eduardo Suplicy (SP), o maior problema da proposta aprovada na CCJ está na falta de clareza em relação à distribuição dos recursos previstos no fundo. "É muito importante que os critérios de distribuição estejam definidos para que não haja desvios", disse. "Vou tentar convencer os senadores a rever esse ponto, que na verdade é a alma da proposta", afirmou Suplicy.

Mas a tropa governista promete

defender o projeto aprovado na CCJ. Para Edson Lobão (PFL-MA), a oposição começou a achar defeito na proposta só porque era de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "No começo eles aplaudiram a idéia porque achavam que era fogo de palha, mas a proposta está indo bem e perceberam que a coisa é para valer". Lobão não considera pouco os R\$ 4 bilhões e, assim como o relator Lúcio Alcântara, frisa que esse montante poderá aumentar. Ele citou o exemplo da CPMF que começou arrecadando R\$ 2 bilhões e hoje está em R\$ 10 bilhões. "Se for pouco, vamos arrumar uma maneira de aumentar os recursos", completou o senador Lobão.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) também não viu problemas no projeto. Para ele, a maior vitória — que exigiu uma visita de Antonio Carlos Magalhães a Pedro Malan — foi a confirmação dos recursos e não seu

valor. "A preocupação era assegurar o dinheiro e isso foi feito."

Para evitar que a semana de recesso no Senado esfrie a discussão, os parlamentares ligados ao projeto original começam a se movimentar.

Hoje, uma reunião entre Antonio Carlos Magalhães com os senadores opositores definirá os pontos do projeto que devem ser negociados

**"Se for pouco, vamos arrumar uma maneira de aumentar os recursos", diz Edson Lobão ao rebater críticas da oposição**

antes do encaminhamento para a votação do plenário. O líder pefelista quer tentar evitar que a proposta sofra obstáculos e atraso na tramitação.

Além da exigência de Suplicy para a definição dos critérios de divisão dos recursos, a oposição deve bater forte para a mudança do artigo 88 da PEC. Pela na nova redação, após a extinção do fundo seus recursos serão destinados ao abatimento da dívida da União. "Desvirtua completamente a idéia".

(\* Colaborou Patrícia Oliveira, do *InvestNews*)